



FREGUESIA de SALZEDAS

Regulamento dos Cemitérios da Freguesia de Salzedas

Nestes termos e no uso da autoridade conferida pela alínea h) do n.º I do artigo 16º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei n.º 41 I/98, de 30 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 5/2000, de 29 de Janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 138/2000, de 13 de Julho e pelo Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de Outubro, é apresentado o Regulamento dos Cemitérios da Freguesia de Salzedas.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Definições

Para efeitos do presente Regulamento, considera-se:

- a) **Cadáver:** Corpo humano após a morte, até estarem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica;
- b) **Cemitérios da Freguesias:** Os cemitérios de Salzedas, Vila Pouca e Meixedo, incluindo os espaços murados e, quando aplicável, as instalações de apoio, os parques de estacionamento, as respetivas áreas ajardinadas e as passagens de acesso;
- c) **Cremação:** Redução do cadáver ou ossadas a cinzas;
- d) **Exumação:** Abertura de sepultura, local de consumção aeróbia ou caixão de metal onde se encontre inumado o cadáver;
- e) **Inumação:** Colocação de cadáver em sepultura, jazigo ou local de consumção aeróbia.
- f) **Ossário:** Construção destinada a depósito de urnas contendo restos mortais, predominantemente ossadas;
- g) **Ossadas:** O que resta do corpo humano uma vez terminado o processo de mineralização;
- h) **Período neonatal precoce:** As primeiras cento e sessenta e oito horas de vida;
- i) **Remoção:** Levantamento de cadáver do local onde ocorreu ou foi verificado o óbito e o seu subsequente transporte, a fim de se proceder à sua inumação ou cremação;
- j) **Restos mortais:** Cadáver, ossadas ou cinzas;



FREGUESIA de SALZEDAS

k) **Trasladação:** Transporte de cadáver inumado em jazigo ou de ossadas para local diferente daquele em que se encontram, a fim de serem de novo inumados, cremados ou colocados em ossário;

l) **Viatura e recipientes apropriados:** Aquele em que seja possível proceder ao transporte de cadáveres, ossadas, cinzas, fetos mortos ou recém-nascidos falecidos no período neonatal precoce, em condições de segurança e de respeito pela dignidade humana.

Artigo 2º

Legitimidade

1. Têm legitimidade para requerer a prática de atos previstos neste Regulamento, sucessivamente:

- a) O testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentária;
- b) O cônjuge sobrevivente;
- c) A pessoa que vivia com o falecido em condições análogas aos dos cônjuges;
- d) Qualquer herdeiro;
- e) Qualquer familiar;
- f) Qualquer pessoa ou entidade.

2. Se o falecido não tiver nacionalidade portuguesa, tem também legitimidade o representante diplomático ou consular do país da sua nacionalidade.

3. O requerimento para a prática desses atos pode também ser apresentado por pessoa munida de procuração com poderes especiais para esse efeito, passada por quem tiver legitimidade nos termos dos números anteriores.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

Artigo 3º

Âmbito

- 1. O cemitério da freguesia destina-se à inumação dos cadáveres de indivíduos naturais, residentes ou falecidos na área da freguesia de Salzedas.



FREGUESIA de SALZEDAS

2. Podem ainda ser inumados no cemitério da freguesia, observadas, quando for caso disso, as disposições legais e regulamentares:

- a) Os cadáveres de indivíduos falecidos nas freguesias do concelho quando, por motivo de insuficiência de terreno, não seja possível a inumação nos respectivos cemitérios;
- b) Os cadáveres de indivíduos falecidos fora da área da freguesia de Salzedas que se destinem a jazigos particulares ou sepulturas perpétuas;
- c) Os cadáveres não abrangidos nas alíneas anteriores, mediante autorização do presidente da junta de freguesia, concedida em face das circunstâncias que se repute ponderosas e sem prejuízo da ratificação da autorização pela junta de freguesia.

Artigo 4º

Horário de funcionamento

Os cemitérios da freguesia estão abertos ao público de acordo com horário a definir pela junta de freguesia.

Artigo 5º

Receção de cadáveres

- 1. Os cadáveres devem dar entrada no cemitério até 30 minutos antes do seu encerramento, salvo casos especiais, com autorização do presidente da junta de freguesia.
- 2. Compete aos responsáveis pela receção e inumação de cadáveres cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Regulamento, os preceitos legais, as deliberações da junta de freguesia e as ordens dos seus superiores, relacionadas com aqueles serviços.
- 3. Compete à junta de freguesia manter a limpeza e conservação dos cemitérios no que se refere aos espaços públicos e equipamentos que sejam da sua propriedade.

Artigo 6º

Serviços de registo e de expediente geral



FREGUESIA de SALZEDAS

1. Os serviços de registo e expediente geral estão a cargo da junta de freguesia, que possuirá para o efeito registo de inumações, exumações e trasladações, concessão de terrenos e quaisquer outros considerados necessários ao bom funcionamento daqueles serviços.
2. A prestação de serviços relativos à actividade do cemitério é a cargo da junta de freguesia, nos termos da Lei, será sujeita a pagamento de taxas, nos termos definidos no Regulamento e Tabela Geral de Taxas da freguesia de Salzedas.

CAPÍTULO III

TRANSPORTE

Artigo 7º

Regime aplicável

1. Ao transporte de cadáveres, ossadas, cinzas, peças anatómicas, fetos mortos e de recém-nascidos falecidos no período neonatal precoce são aplicáveis as regras constantes da legislação em vigor.
2. O transporte de cadáver fora de cemitério, por estrada e em viatura, só poderá ser efectuado em viatura apropriada e exclusivamente destinada a esse fim, pertencente à entidade pública ou privada habilitada para o efeito.

CAPÍTULO IV

INUMAÇÕES

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 8º

Modos de inumação

1. Os cadáveres a inumar são encerrados em urnas de madeira ou de zinco.
2. As cinzas resultantes da cremação podem ser colocadas em cendrário, sepulturas ou jazigo, dentro de urnas cinerárias hermeticamente fechadas.
3. Independentemente do modo de inumação, deverão ser cumpridos as disposições legais relativas aos prazos e à forma de encerramento das urnas.

Artigo 9º



FREGUESIA de SALZEDAS
Locais de inumação

As inumações são efectuadas em sepulturas temporárias ou perpétuas e em jazigos.

Artigo 10º

Autorização de inumação

1. A inumação de um cadáver depende de prévia autorização da junta de freguesia, a requerimento das pessoas com legitimidade para tal, nos termos artigo 2º.
2. O requerimento a que se refere o número anterior deverá ser apresentado na secretaria ou aos elementos da junta de freguesia, para os seguintes procedimentos:
 - a) Apresentação da documentação legalmente exigida;
 - b) Acordar a hora da inumação de acordo com o plano de trabalhos definido pela junta de freguesia;
 - c) Efectuar o pagamento da taxa devida.
3. Compete à entidade responsável pelas exéquias entregar na secretaria da junta de freguesia a documentação referente às inumações efectuadas.

SECÇÃO II

INUMAÇÕES EM SEPULTURAS

Artigo 11º

Sepultura comum não identificada

É proibida a inumação em sepultura comum não identificada salvo:

- a) Em situação de calamidade pública;
- b) Tratando-se de fetos mortos ou peças anatómicas.

Artigo 12º

Classificação

- I. As sepulturas classificam-se em temporárias e perpétuas:

- a) São temporárias as sepulturas para inumação por cinco anos, findos os quais pode proceder-se à exumação;



FREGUESIA de SALZEDAS

b) São perpétuas as sepulturas cuja utilização foi exclusiva e perpetuamente concedida pela junta de freguesia mediante requerimento dos interessados e após o registo dos direitos adquiridos.

Artigo 13º

Dimensões

As sepulturas têm, em planta, a forma rectangular, obedecendo às seguintes dimensões mínimas:

Comprimento: 2,00 m

Largura: 0,80 m

Profundidade: 1,20 m

Artigo 14º

Organização do espaço

1. As sepulturas, devidamente numeradas, agrupar-se-ão em lotes, procurando-se dar o melhor aproveitamento ao terreno.
2. Os intervalos entre as sepulturas e entre estas e os lados dos talhões ou secções não devem ser inferiores a 20 cm e o acesso pedonal para cada sepultura deve ter no mínimo 40 cm de largura e situar-se aos pés da mesma.
3. As partes velhas dos cemitérios excetua-se ao disposto no número anterior, em virtude de as edificações existentes não permitirem o cumprimento dessas disposições. Sempre que possível e praticável, a junta de freguesia tomará as medidas necessárias à correção das inconformidades de modo a dar cumprimento às mesmas disposições.
4. A ocupação do espaço entre sepulturas para a construção de sepulturas “gémeas” apenas será permitida em terrenos para jazigos.

SECÇÃO III

INUMAÇÕES EM JAZIGOS

Artigo 15º

Modo de inumação

Nos jazigos só é permitido inumar cadáveres em caixões de zinco, devendo a folha empregue no seu fabrico ter a espessura mínima de 0,4 mm.

Artigo 16º



FREGUESIA de SALZEDAS

Deteriorações

1. Deve ser facultada pelos concessionários de jazigos a inspeção aos mesmos sempre que solicitada pela junta de freguesia ou outra entidade competente.
2. Quando em urna inumada em jazigo existir ruptura ou qualquer outra deterioração, são os interessados notificados da urgente necessidade da devida reparação, marcando-se-lhes, para o efeito, um prazo máximo de 10 dias.
3. Em caso de urgência, ou quando não se efetue a reparação prevista no número anterior, a mesma será executada pela junta de freguesia, correndo as despesas por conta dos interessados.
4. Quando não se possa reparar convenientemente a urna deteriorada, esta é encerrada noutra urna de zinco ou removida para sepultura, segundo escolha dos interessados ou por deliberação da junta de freguesia.
5. A deliberação da junta de freguesia tem lugar:
 - a) Em casos de manifesta urgência;
 - b) Quando os interessados não procedam à reparação dentro do prazo que lhes for fixado;
 - c) Quando não existam interessados.
6. Das providências tomadas e no caso das alíneas a) e b), do número anterior, é dado conhecimento aos interessados, ficando estes responsáveis pelo pagamento das respetivas taxas e despesas efetuadas.

CAPÍTULO V

EXUMAÇÕES

Artigo 17º

Prazos

1. Salvo em cumprimento de mandado da autoridade judiciária, a abertura de qualquer sepultura ou local de consunção aeróbia só é permitida decorridos três anos sobre a inumação.
2. Se no momento da abertura não estiverem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica, recobre-se de novo o cadáver mantendo-o inumado por períodos sucessivos de dois anos até à mineralização do esqueleto.

Artigo 18º



FREGUESIA de SALZEDAS
Aviso aos interessados

1. Passados 3 anos sobre a data da inumação, poderá proceder-se à exumação, observando-se os procedimentos previstos nos números seguintes.
2. A junta de freguesia notificará os interessados, se conhecidos, através de ofício registado com aviso de receção, promovendo também a afixação de editais que notifiquem os interessados para acordarem com a junta de freguesia no prazo de 30 dias, quanto à data em que aquela terá lugar e o destino a dar às ossadas.
3. Decorrido o prazo previsto no número anterior, sem que os interessados promovam qualquer diligência no sentido da exumação ou conservação das ossadas, considera-se o abandono das mesmas, cabendo à junta de freguesia efetuar a exumação (se possível), assim como tomar as medidas necessárias para dar o destino adequado às ossadas.

Artigo 19º

Urnas inumadas em jazigos

1. A exumação das ossadas de uma urna metálica inumada em jazigo, só será permitida quando aquela se apresente de tal forma deteriorada que se possa verificar os fenómenos de destruição da matéria orgânica.
2. A consumpção prevista no número anterior será obrigatoriamente verificada pela autoridade de saúde competente.

CAPÍTULO VI
TRASLADAÇÕES

Artigo 20º

Autorizações

1. A trasladação de um cadáver depende de autorização da junta de freguesia, a requerimento das pessoas com legitimidade para tal, nos termos artigo 2º.
2. Se a trasladação consistir na mera mudança de local no interior do cemitério ou na mudança entre cemitérios da freguesia, é suficiente o deferimento do requerimento.



FREGUESIA de SALZEDAS

3. Se a trasladação consistir na mudança para cemitério diferente, deve a junta de freguesia remeter o requerimento referido no número um do presente artigo para a entidade responsável pela administração do cemitério para o qual vão ser trasladados o cadáver ou ossadas, cabendo a esta o deferimento da pretensão.

Artigo 21º

Condições de trasladação

1. A trasladação de cadáver deverá obedecer aos preceitos legais, nomeadamente no que se refere aos prazos e ao acondicionamento dos restos mortais.
2. O requerente ou representante legal devem estar presentes na realização da abertura da sepultura.
3. Quando a trasladação se efetuar para fora do cemitério terá que ser utilizada viatura apropriada e exclusivamente destinada a esse fim.

CAPÍTULO VII

CONCESSÃO DE TERRENOS

Artigo 22º

Concessão

1. Os terrenos dos cemitérios da Freguesia podem, mediante deliberação da junta de freguesia, ser objeto de concessões de uso privativo, para instalação de sepulturas perpétuas e para construção de jazigos particulares.
2. A concessão de sepulturas perpétuas não é permitida a pessoas em vida, sempre que a percentagem de ocupação de cada cemitério seja superior a 80% do espaço disponível.
3. Os terrenos também podem ser concedidos em hasta pública nos termos e condições especiais que a junta de freguesia vier a fixar.
4. As concessões de terrenos não conferem aos titulares nenhum título de propriedade ou qualquer direito real, mas somente o direito de uso e ocupação com afetação especial e nominativa em conformidade com a legislação e com o presente Regulamento.

Artigo 23º



FREGUESIA de SALZEDAS
Taxas

1. O valor das concessões de sepulturas perpétuas será fixado no Regulamento e Tabela Geral de Taxas da freguesia de Salzedas.
2. O prazo para pagamento da taxa relativa à concessão de terrenos é de 30 dias, a contar da data da notificação da decisão de concessão.
3. O não cumprimento do prazo fixado no número um implica a caducidade dos atos a que alude o artigo 22º.
4. Nos trinta dias subsequentes ao pagamento da taxa de concessão, será a concessão de terrenos titulada por alvará a emitir pelo presidente da junta de freguesia, devendo ficar uma cópia nos arquivos.

CAPÍTULO VIII
TRANSMISSÕES DE JAZIGOS E SEPULTURAS PERPÉTUAS

Artigo 24º

Transmissão

A transmissão de jazigos e sepulturas perpétuas, é efetuada por ato entre vivos ou “*mortis causa*”.

Artigo 25º

Transmissões por ato entre vivos

1. As transmissões por atos entre vivos, das concessões de jazigos ou sepulturas perpétuas, são livremente admitidas nos termos gerais de direito quando nelas não existam cadáveres ou ossadas.
2. Existindo cadáveres ou ossadas, a transmissão só é admitida quando se tenha procedido à trasladação dos mesmos para jazigos, sepulturas ou ossários de carácter perpétuo, ou se o adquirente declarar no pedido de averbamento que se responsabiliza pela perpetuidade da conservação, no próprio jazigo ou sepultura, dos cadáveres ou ossadas aí existentes.
3. Verificados os condicionalismos previstos nos números anteriores, as transmissões entre vivos dependem de autorização do presidente da junta de freguesia e do pagamento da taxa fixada no Regulamento e Tabela Geral de Taxas da freguesia de Salzedas.
4. A junta de freguesia deverá fazer o averbamento das transmissões efetuadas.

Artigo 26º



FREGUESIA de SALZEDAS
Transmissão por morte

1. As transmissões das concessões de jazigos ou sepulturas perpétuas, por morte do concessionário, são livremente admitidas nos termos gerais de direito
2. A transmissão, no todo ou em parte, a favor de pessoas estranhas à família do instituidor ou concessionário, só é admitida desde que o adquirente declare no pedido de averbamento que se responsabiliza pela perpetuidade da conservação, no próprio jazigo ou sepultura, dos cadáveres ou ossadas aí existentes.
3. A junta de freguesia deverá fazer o averbamento das transmissões efetuadas, após apresentação de prova documental ou testemunhal.

CAPÍTULO IX
SEPULTURAS E JAZIGOS ABANDONADOS

Artigo 27º

Conceito

1. Consideram-se abandonados, podendo declarar-se prescrita a favor da autarquia, a concessão de jazigos e sepulturas perpétuas cujos concessionários não sejam conhecidos ou residam em parte incerta e não exerçam os seus direitos por período superior a dez anos, nem se apresentem a reivindicá-los dentro do prazo de sessenta dias, depois de citados através de editais publicados em dois dos jornais mais lidos no município e afixados nos lugares habituais.
2. Dos editais constam os números dos jazigos e sepulturas perpétuas, identificação e data das inumações dos cadáveres ou ossadas que no mesmo se encontrem depositados ou inumados, bem como o nome do último ou últimos concessionários inscritos.
3. O prazo a que se refere o número um deste artigo conta-se a partir da data da última inumação ou depósito ou da realização das mais recentes obras de conservação ou beneficiação que, nas mencionadas construções, tenham sido efetuadas pelo concessionário ou seu representante, sem prejuízo de quaisquer outros atos dos concessionários, ou de situações suscetíveis de interromperem a prescrição nos termos da lei civil.
4. Decorrido o prazo de sessenta dias previsto anteriormente, será o processo instruído com todos os elementos comprovativos dos factos constitutivos do abandono e do cumprimento das formalidades legais, levado a reunião da junta de freguesia para ser declarado o abandono, perdendo o direito à concessão e revertendo o espaço para a junta de freguesia.



FREGUESIA de SALZEDAS

Artigo 28º

Realização de obras

1. A realização de obras por particulares de quaisquer trabalhos no cemitério, nomeadamente conservação e/ou implantações novas ficam sujeitas a autorização e fiscalização dos serviços da junta de freguesia.
2. A realização da limpeza referente às obras é obrigatória e fica a cargo dos respetivos concessionários.
3. Quando a junta de freguesia considerar que um jazigo se encontra em mau estado, os interessados são notificados por meio de carta registada com aviso de receção, fixando-se-lhes prazo para procederem às obras necessárias.
4. Se houver perigo eminente de derrocada ou as obras não se realizarem dentro do prazo fixado, pode o residente da junta de freguesia ordenar a demolição do jazigo, facto que se comunicará aos interessados, através de carta registada com aviso de receção, sendo-lhes imputados os respetivos custos.
5. Decorrido um ano sobre a demolição de um jazigo sem que os interessados tenham procedido aos pagamentos dos custos previstos no número anterior, é tal facto fundamento para ser declarada a prescrição da respetiva concessão.
6. Sem prejuízo do acima disposto no n.º 2 e da aplicação de eventuais coimas, poderão ser removidos pela junta de freguesia todos os materiais, sinais funerários, adornos ou outros objetos, que se encontrem depositados nos corredores e demais espaços públicos do cemitério, por um período superior a 30 dias.

Artigo 29º

Restos mortais não reclamados

1. O preceituado nos artigos anteriores aplica-se, com as necessárias adaptações, às sepulturas perpétuas.
2. Os ossários consideram-se abandonados quando os notificados não respondam às notificações da junta de freguesia no prazo de sessenta dias.

CAPÍTULO X

CONSTRUÇÕES FUNERÁRIAS



FREGUESIA de SALZEDAS

Artigo 30º

Licenciamento

1. O pedido de licenciamento para a realização de obras de construção, reconstrução, modificação, limpeza e beneficiação de jazigos particulares ou para revestimento de sepulturas perpétuas, deve ser formulado pelo concessionário através de requerimento dirigido ao presidente da junta de freguesia.
2. O requerimento referido no número anterior deve ser instruído com o projeto da obra elaborado por técnico devidamente habilitado, no caso de jazigos e de projeto da sepultura no caso de se tratar de obras de revestimento de sepulturas perpétuas.
3. Na elaboração e apreciação dos projetos, deve atender-se à sobriedade própria das construções funerárias, exigidas pelo fim a que se destinam.
4. Nos jazigos não podem existir mais de cinco células sobrepostas, acima do nível do terreno, ou em cada pavimento, quando se trate de edificações de vários andares.
5. Os intervalos laterais entre jazigos a construir devem ter no mínimo 0,40 metros.
6. Nos jazigos devem efetuar-se obras de conservação pelo menos de dez em dez anos ou sempre que as circunstâncias o imponham, embora possa ser prorrogado esse prazo, em face de circunstâncias devidamente fundamentadas.

Artigo 31º

Sinais funerários e embelezamento

1. Nas sepulturas e jazigos permite-se a colocação de cruzeiros, assim como inscrição de epitáfios e outros sinais funerários.
2. Não são consentidos epitáfios em que se exaltem ideias políticas ou religiosas que possam ferir a suscetibilidade pública, ou que, pela sua redação, possam considerar-se desrespeitosos ou inadequados.
3. É permitido embelezar as construções funerárias através do revestimento adequado, ajardinamento, bordaduras, vasos para plantas ou qualquer outra forma que não afete a dignidade própria do local.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 32º

Proibições no recinto dos cemitérios



FREGUESIA de SALZEDAS

No recinto do cemitério é proibido:

- a) Proferir palavras ou praticar atos ofensivos da memória dos mortos ou do respeito devido ao local;
- b) Entrar acompanhado de quaisquer animais;
- c) Transitar fora dos arruamentos;
- d) Colher flores ou danificar plantas ou árvores;
- e) Semear ou plantar árvores, arbustos ou quaisquer plantas;
- f) Danificar jazigos, sepulturas, sinais funerários ou quaisquer outros objetos;
- g) A permanência de crianças, salvo quando acompanhadas por adultos;
- h) Conspurcar o cemitério ou zona envolvente, colocando lixo fora dos locais indicados para o efeito;
- i) Publicitar ou promover atos comerciais.

Artigo 33º

Desaparecimento de objetos

A junta de freguesia de Salzedas não se responsabiliza pelo desaparecimento de objetos ou sinais funerários, colocados nos cemitérios.

Artigo 34º

Realização de cerimónias

1. Dentro do espaço do cemitério, carecem de autorização do presidente da junta de freguesia:

- a) Missas campais e outras cerimónias similares;
- b) Salvas de tiros nas cerimónias fúnebres militares;
- c) Atuações musicais;
- d) Intervenções teatrais, coreográficas e cinematográficas;
- e) Reportagens relacionadas com a atividade cemiterial;
- f) A realização de peditórios.

2. O pedido de autorização a que se refere o número anterior, deve ser efetuado com 24 horas de antecedência, salvo motivos ponderosos.

3. A realização de outras cerimónias que não as previstas no número um, ficam sujeitas a deliberação da junta de freguesia e o pedido de autorização deverá ser efetuado com 5 dias úteis de antecedência, salvo motivos ponderosos.

4. Quando o pedido de autorização vise a realização de cerimónias durante os serviços fúnebres, sempre que possível, deverá ser auscultada a família do(s) falecido(s).



FREGUESIA de SALZEDAS

Artigo 35º

Fiscalização

A fiscalização da observância do disposto no presente Regulamento compete à junta de freguesia, através dos membros, assim como às autoridades de saúde e judiciais.

Artigo 36º

Coimas

1. Além das infrações previstas na Lei, a violação das restantes disposições deste Regulamento constitui contra-ordenação sancionada com coima.
2. A não realização da limpeza decorrente de obras, em infração ao disposto no número 2 do artigo 28º será punida com coima de 50 a 500 euros.
3. As obras que não cumpram os preceitos de licenciamento e organização do espaço, em infração ao disposto no número 1 do artigo 28º e nos artigos 18º e 30º será punida, para além de eventual demolição da obra, com coima de 100 a 1000 euros.
4. A colocação de epitáfios de carácter político ou religioso que possam ferir a suscetibilidade pública, em infração ao disposto na alínea b) do artigo 31º será punida, para além da retirada das inscrições, com coima de 25 a 250 euros.
5. Proferir palavras, conspurcar o cemitério ou praticar outros atos ofensivos da memória dos mortos e do respeito devido ao local, em infração ao disposto nas alíneas a) e h) do artigo 32º será punida com coima de 25 a 250 euros.
6. Danificar jazigos, sepulturas, sinais funerários ou quaisquer outros objetos, em infração ao disposto na alínea f) do artigo 32º será punida, para além de indemnização pelos danos provocados, com coima de 50 a 500 euros.
7. A realização de cerimónias sem autorização do presidente da junta de freguesia, em infracção ao disposto no número 1 do artigo 34º será punida com coima de 100 a 1000 euros ou de 200 a 2000 euros, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva.
8. As infrações ao presente Regulamento para as quais não se prevêem penalidades especiais, serão punidas com coima de 25 a 250 euros.

Artigo 37º

Omissões



FREGUESIA de SALZEDAS

Todas as situações que não estiverem expressamente reguladas no presente Regulamento serão resolvidas pela junta de freguesia, com base nas disposições legais que especificamente regulam esta matéria e, na falta delas, com base nos princípios gerais do direito.

Artigo 38º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação nos termos legais.